



A arquitetura do café na terra da uva: Fazenda Nossa Senhora da Conceição, em Jundiaí (SP)

André Munhoz de Argollo Ferrão

José Felício Ribeiro De Cezare

Alexandre Pedroso do Prado

Resumo: Até a sua chegada na terra da uva, o café percorreu uma longa trajetória da Etiópia até a “boca do sertão”, apelido centenário da cidade de Jundiaí. A cidade consolidou-se por suas lavouras de subsistência, e tal característica, não permitiu estabelecerem-se grandes propriedades de terra de monocultura por longo tempo, resultando em seu desmembramento territorial, e consequente perda de população, para cidades como Campinas e Mogi-Mirim. Durante esse período, no qual, as lavouras de cana-de-açúcar entram em declínio, Jundiaí não foge à regra e timidamente inicia a produção de café. A uva só chegará com a imigração italiana. Da produção canavieira, passando pelo plantio do café e depois para o plantio da uva, a história retrata a presença da força de trabalho de índios perseguidos, mais tarde de escravizados negros, e por último, a chegada dos imigrantes europeus com ênfase na imigração italiana. A fazenda Nossa Senhora da Conceição foi palco de uma grande sequência de fatos históricos, ambientando esse tempo de evolução do povo de Jundiaí. Este artigo resgata essa sucessão de fatos, estabelecendo relações que permitem uma reflexão deste tempo passado e suas consequências para o presente.

Palavras-chave: Patrimônio; Memória; Imigração; Cafeicultura; Viticultura; História.

Coffee architecture in the grape's land: Farm “Nossa Senhora da Conceição”, in Jundiai (state of Sao Paulo, Brazil)

Abstract: Until its arrival in the land of the grape, coffee traveled a long trajectory from Ethiopia to the “mouth of the hinterland”, the centenary nickname of the city of Jundiai. The city was consolidated by its subsistence crops, and this characteristic did not allow large monoculture land properties to be established for a long time, resulting in its territorial dismemberment, and consequent loss of population, for cities such as Campinas and Mogi-Mirim. During this period, in which sugar cane crops are declining, Jundiai is no exception and timidly begins coffee production. The grape will only arrive with Italian immigration. From sugar cane production, to planting coffee and then to planting grapes, the story portrays the presence of the workforce of persecuted indians, later black slaves, and finally, the arrival of European immigrants with an emphasis on Italian immigration. The Nossa Senhora da Conceição farm was the scene of a great sequence of historical facts, setting this time of evolution for the people of Jundiai. This article rescues this succession of facts, establishing relationships that allow a reflection of this past time and its consequences for the present.

Keywords: Heritage; Memory; Immigration; Coffee Growing; Viticulture; History.

One of the most interesting facts in the history of the coffee drink is that wherever it has been introduced it has spelled revolution. It has been the world's most radical drink in that its function has always been to make people think. And when the people began to think, they became dangerous to tyrants and to foes of liberty of thought and action. William Harrison Ukers, 1922. All about coffee

Introdução

O percurso da história tem caminhos complexos entre as rupturas e permanências. Com apelido de terra da uva, Jundiaí é o exemplo de uma eterna metamorfose agrícola.

Iniciando-se com a construção da capela de Nossa Senhora do Desterro, no século XVII, ela sustentou, como outras cidades da região, o papel de “porto seguro” aos desterrados, dando subsídio ao avanço colonizador rumo ao interior de São Paulo, na direção do Oeste Paulista.

Com um solo rico, composto por elementos essenciais para uma agricultura volumosa, como granitos, gnaisses, quartzitos e áreas isoladas contendo arenitos finos, argilas e siltes, segundo o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, no Mapa Geológico do Estado de São Paulo de 1985. Tais elementos permitiram a agricultura de subsistência, abrindo caminho em terras férteis para culturas futuras. Isso perdurou durante o crescimento da vila, depois alçada a cidade.

Seu relevo acidentado era pouco adequado para o plantio de monoculturas. Mesmo assim cultivou-se a cana-de-açúcar, o café e posteriormente, a uva, num regime de adaptação da arquitetura da propriedade rural.

As fazendas de café que restaram contam histórias que vão do belo ao assustador. Seu estudo é algo instigante, merecendo a atenção daqueles que pretendem compreender os desdobramentos da cultura cafeeira na terra da uva.

O estudo da Fazenda Nossa Senhora da Conceição, trouxe aos autores, uma série de informações relevantes partilhadas neste texto. Sendo parcamente citada nos estudos sobre a cafeicultura em Jundiaí, a fazenda possuiu estrutura significativa na produção de café no estado de São Paulo, sendo – segundo relatos dos atuais responsáveis – uma das principais exportadoras da rubiácea entre o final do século XIX e início do século XX.

O objetivo desse trabalho é buscar e apresentar informações que elucidem o papel socioeconômico da Fazenda Nossa Senhora da Conceição na produção de café na terra da uva, cujo vulto na história encontra-se diáfano, todavia, fazendo-se notar ainda com relativa presença no imaginário local.

O café

O café tem sido por mais de um século, um dos principais produtos brasileiros presentes no mercado internacional. O Brasil, mesmo após 150 anos, mantém o posto de maior exportador de café e o segundo consumidor da bebida no mundo, segundo a ABIC. Foi elemento decisivo na política brasileira chegando a batizar pejorativamente a união das oligarquias paulista, mineira e carioca durante o período da República Velha, a República do café com leite. A planta que possui sua origem na Etiópia, como afirma Argollo (2015, p. 43):

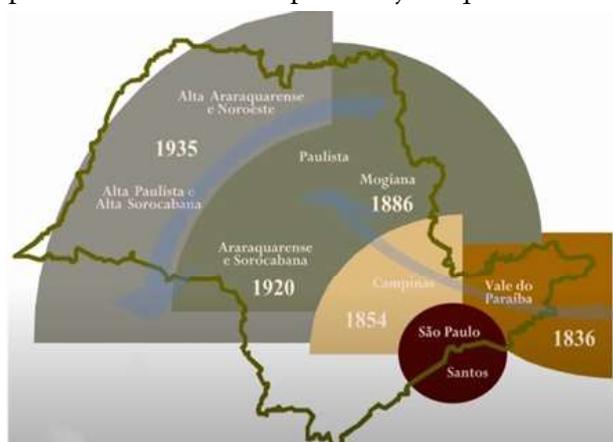
A Etiópia é tida como o país de origem do café. Daí, ele teria migrado para a Arábia, em data não estabelecida corretamente. Admite-se, contudo, que já no século XV os árabes tomavam café, cabendo a eles a exclusividade da lavoura até o século XVII. Assim, se considerarmos esta a primeira região em que o uso do café se difundiu em larga escala, pode-se dizer que a denominação de uma de suas principais espécies comerciais - Coffea arábica - é bastante apropriada ((ARGOLLO FERRÃO, 2015, p. 43).

Da sua descoberta na região leste do continente africano, foi levada para o Novo Mundo após os estudos no Jardim Botânico de Amsterdã e sua multiplicação no Jardim das Plantas em Paris, todavia, o protagonismo da chegada da rubiácea ao continente americano deve louros ao tenente da Marinha e capitão de infantaria francês Gabriel Mathieu Francois D'ceus De Clieu (1687 - 1774),

Assim, a trajetória do cafeeiro pelo mundo ocidental iniciou-se no final do século XVII, quando, a título de ensaio, mudas foram enviadas para o Jardim Botânico de Amsterdã. Este viria a se constituir no ponto de irradiação para a formação de cafezais no Ocidente, sobretudo no Suriname, de onde passariam para a Guiana Francesa, que abrigou os ancestrais da lavoura brasileira. Desse mesmo Jardim Botânico saiu, em 1714, um cafeeiro presenteado a Luís XIV, rei da França, planta que seria multiplicada no Jardim das Plantas em Paris e viria a constituir a origem dos cafezais das Antilhas, da América Central e do México, entrando por Martinica, graças ao capitão Gabriel Mathieu de Clieu, que, segundo consta, conseguiu salvar apenas uma das mudas que trouxe para o continente americano, em 1723, repartindo com ela sua ração de água, durante a travessia do Atlântico (ARGOLLO FERRÃO, 2015, p. 44).

Segundo (TAUNAY, 1935), o café chega ao Brasil no início do século XVIII, pelas mãos do sargento oficial de linha do Exército português, Francisco de Melo Palheta. Há tentativas de cultivo cafeeiro em Belém, mas só houve êxito no Rio de Janeiro - primeiro em terras fluminenses, para em seguida uma espetacular expansão pelo Vale do Paraíba, segundo (ARGOLLO FERRÃO, 2015) - com a supervisão e *know how* baseado no sistema dominicano de plantio do médico francês Louis François Lecesne, conforme explica (FERREZ, 1972) em sua obra *Pioneiros do café na era da Independência*.

Figura 1. Mapa Onda verde. A expansão da cafeicultura impõe arranjos arquitetônicos e tecnológicos às fazendas paulistas.



Fonte: ARGOLLO FERRÃO, A. M. *Arquitetura do café*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 144.

É difícil fixar uma data em que as primeiras lavouras de café começam a surgir em São Paulo, afirma (ARGOLLO FERRÃO, 2004), mas ilustra didaticamente em sua obra como a “Onda verde” (Fig. 1) invade o território paulista. Em áreas como o quadrilátero do açúcar há uma troca – abertura feita pelo cultivo de cana-de-açúcar oferece estrutura para o café, assim como o café devolve espaço, tecnologias e estruturas para os canaviais. (ARGOLLO FERRÃO, 2015) cita (MILLIET, 1938), sobre as sete regiões paulistas de desenvolvimento da cafeicultura, o objetivo não é apresentar todas elas, apenas a região ou zona central será exposta de acordo com a divisão de Milliet (1938, pp. 10-11):

2 - a zona que demos a denominação de zona central, mais arbitrariamente [sic] traçada, abrangendo tôda [sic] a área incluída dentro do polígono: Capital, Piracaia, Bragança, Campinas, Piracicaba, Itapetininga, Piedade, Una, Capital. Na ordem cronológica da invasão do café, foi a segunda realmente a ser cultivada, pouco antes de iniciarse o avanço pela Mogiana. Compreende esta zona os municípios de: Angatuba, Anhembí, Araçariguama, Atibaia, Bofete, Bragança, Cabreúva, Campinas, Campo Largo, Conchas, Capivarí, Cotia, Guareí, Indaiatuba, Itapetininga, Itatiba, Itú, Joanópolis, **Jundiaí**, (*grifo nosso*) Juquerí, Laranjal, Monte Mor, Nazaré, Parnaíba, Pereiras, Piedade, Piracaia, Piracicaba, Porangaba, Pôrto Feliz [sic], Rio das Pedras, Salto, Santa Bárbara, São Pedro, São Roque, Sarapuí, Sorocaba, Tatuí, Tietê, Una e Vila Americana (MILLIET, 1938, pp. 10-11).

A terra da uva

Na zona ou região central é onde encontra-se Jundiaí, cidade que atualmente é apenas reconhecida como a terra da uva, caracterizada pela imigração italiana e pela ferrovia, teve seu início com a chegada de entradistas¹ e desterrados no século XVII numa região ocupada por povos autóctones do tronco linguístico Jê², obviamente, assim como em outras áreas da colônia foram dizimados após tentativas de administração (escravização) na chamada “Guerra Justa”³. Quanto à fundação de Jundiaí, (CAMPANHOLE; SANTOS; GIOCOVATE, 1994) apresentam como início da construção da capela em 1648, fim em 1651 e elevação de povoado à vila em 1655. A existência da Villa Ferosa de Nossa Senhora do Destêrro do Matto Grosso de Jundiahy da Capitania de Sam Vicente, sempre se baseou no seu aspecto logístico, atualmente mantém sua alcunha de “boca do sertão” ligando São Paulo e Campinas e no entroncamento para aqueles que seguem para o rio Tietê ou para a vila de Atibaia, um “porto seco”⁴.

Spix e Martius (1981, p. 155), afirmam,

A Vila de Jundiaí, pequeno povoado em uma colina baixa, é só importante por sua situação favorável para o comércio do sertão. Todas as tropas que partem da Capitania de São Paulo para Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Cuiabá, são aqui organizadas. Os habitantes possuem grandes manadas de mulas, que fazem essas viagens algumas vezes por ano. O fabrico de cangalhas, selas, ferraduras e tudo que é necessário para equipamento das tropas, assim como o incessante vaivém das caravanas, dão ao lugar feição de atividade e riqueza, e com razão, dá-lhe o título de porto seco (SPIX & MARTIUS, 1981, p. 155).

-
- 1 As entradas eram instituições bélico-escravizadoras. Uma vez que a escravidão indígena era proibida no Brasil por lei portuguesa de 10 de março de 1570, capturar indígenas constituía-se crime. Mas como aconteceram em grande número, principalmente em São Paulo, os crimes eram perdoados. CAMPANHOLE, A; SANTOS, W; GIOCOVATE, M. **Aditamentos à história da fundação de Jundiaí**. Jundiaí: Literarte, 1994.
 - 2 Grupos indígenas que ocupavam a região noroeste de São Paulo até o norte de Goiás, resistiram ao controle português criando dificuldades para que fossem submetidos ao trabalho agrícola. ATAÍDES, J. M. **Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do sul do Brasil central**. Goiânia: Editora UCG, 1998.
 - 3 Guerra contra as civilizações que não conheciam e se recusavam à conversão ou impediam a propagação da fé católica. Outras “causas legítimas” para combater tais povos eram: salvar as almas e o combate à antropofagia. PERRONE-MOISÉS, B. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). CUNHA, M. C. (Org.). **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Fapesp/Cia das Letras, 1992, pp. 115-132.
 - 4 Caminho conhecido também como caminho de Mairiporã, próximo de Nossa Senhora do Ó e das minas do Jaraguá. Jundiaí. Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente. **Índios e Africanos na Jundiaí Colonial**. Série Memórias. vol. III. Jundiaí: SMPMA, 2002.

Jundiaí, devido sua face provedora de suprimentos e ponto de parada para os que seguem pelos caminhos mencionados, da mesma forma como outros pontos logísticos não estabeleceu grandes latifúndios de monocultura por longo tempo – cana-de-açúcar por um período menor que o restante do país –, mas se consolidou por lavouras de subsistência, tais lavouras foram registradas pelo suíço Johann Jakob von Tschudi em sua passagem por Jundiaí em meados do século XIX.

Tempos atrás, Jundiaí fora uma vila importante e rica, quando nas fazendas dos arredores se plantava muita cana-de-açúcar. Seus habitantes entretinham um animado comércio de mulas, que compravam ainda selvagens em Sorocaba, e as dominavam para depois revendê-las, como bestas de carga ou animais de selas e arreios.

Atualmente, as terras se acham inteiramente depauperadas, o comércio de muares diminuiu sensivelmente e a indústria de selaria se extinguiu totalmente; a localidade perdeu todo o brilho dos tempos passados. Metade das casas da vila não são habitadas, seus donos a visitam apenas nos domingos, quando vêm de seus sítios à vila assistir à missa (TSCHUDI, 1980, p. 132).

Tal característica se acentuou com os desmembramentos da vila, perdendo população e territórios, por exemplo, Mogi-Mirim e Campinas. Durante esse período, no qual, a produção de cana-de-açúcar entra em declínio, Jundiaí não foge à regra e timidamente inicia o cultivo do café. Lembrando que a aclamada produção de uva só se estabelece na cidade efetivamente com a chegada dos imigrantes italianos ao final do século XIX, quando a futura terra da uva ainda se beneficiava – logisticamente, principalmente – das riquezas oriundas da rubiácea.⁵

Café na terra da uva ou a uva na terra do café?

De acordo com o COMTUR (Conselho Municipal de Turismo de Jundiaí), a terra da uva possui 1535 propriedades agrícolas, representando mais de 50% do território com 500 produtores, 10 milhões de pés de uva, sendo 30% da produção paulista com safras girando em torno de 27 toneladas. Segundo Oliveira (2014, p. 2):

O primeiro registro documental conhecido sobre a produção de uva em Jundiaí aparece em 1648 no inventário de Raphael de Oliveira, nome associado ao início da ocupação do “matto grosso de Jundiahy”. Mas foi somente no ano de 1887 que o cultivo da uva ganha, pela primeira vez, destaque em um relatório de produção agrícola do município (OLIVEIRA, 2014, p. 2).

Sua produção se caracteriza por um tipo específico, a uva Niágara Rosada, resultado de uma mutação somática da variedade Niágara Branca nas terras roxas da região, segundo dados disponibilizados pela Unidade de Gestão do Agronegócio, Abastecimento e Turismo de Jundiaí. Tal variedade surge por volta do início do século XX, nas terras da família Carbonari, na região do Traviú, segundo (CIPOLATO, 1974).

Até meados do século XIX, Jundiaí estava ainda alicerçada na economia açucareira - apesar de contar com 64 fazendas de café contra 29 engenhos e 20 destilarias - com uma produção acima de 11 mil arrobas de açúcar anuais contra 1276 arrobas de café. Determinados produtos como o café, açúcar,

5 Somente a partir da segunda metade do século XIX, com o ciclo do café, a instalação da estrada de ferro e a vinda de imigrantes, Jundiaí, já elevada a cidade (o que ocorreu em 1865), retoma seu desenvolvimento e vê sua população aumentar de maneira significativa. Jundiaí. Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente. **Índios e Africanos na Jundiaí Colonial**. Série Memórias. vol. III. Jundiaí: SMPMA, 2002.

tabaco, algodão, toucinho, eram medidos, por via de regra, em arrobas, embora também houvesse registros pouco sistemáticos em outras unidades de medida. E a arroba, unidade de peso, apresentou estabilidade no seu conceito, tento em termos espaciais como temporais. Sua conversão foi claramente definida pela Lei 1157, de 1862, que institucionalizou o sistema métrico no Brasil: uma arroba correspondia a 14,689 quilos. (LUNA; KLEIN, 2001), e atualmente uma saca de café possui 60kg/4 arrobas.

Segundo Taunay (1939, p. 69),

Jundiahy contava fazendas de certo vulto entre as de seus 298 lavradores e 27 senhores de engenho com os seus 1.143 captivos [sic], Ignacio de Lima do Feital, plantador de algodão, tinha 164 escravos o capitão mór Eleuterio da Silva Prado 50 em Monte Alegre, José Joaquim Franco 76 no Pinhal, Francisco de Paula Leite 32 em Monte Serrate, Francisco Maria Soares 34 em Ribeirão o capitão Luiz José Pereira de Queiroz 48 em Sant'Anna o tenente Antonio de Queiroz Telles, futuro Barão de Jundiahy 26 em Santa Barbara (TAUNAY, 1939, p. 69).

Ainda segundo Taunay (1939, p.100):

Nas villas ao Occidente [sic] da capital, Jundiahy, S. Carlos, Itú, Capivary, Porto Feliz, Sorocaba e Constituição⁶ constituía o assucar [sic] a principal cultura, e ramo de commercio [sic] (TAUNAY, 1939, p. 100).

Na segunda metade do século XIX, a região de Jundiaí tinha sua produção de café sob mão de obra escrava e mão de obra dos colonos imigrantes. Sistema proposto e adotado pelo Senador Vergueiro, trouxe à área que inclui a terra da uva cerca de 900 colonos.

Em 1840 encetara-se a colonização particular cabendo a grande gloria [sic] desta iniciativa ao lucido [sic] espirito [sic] philantropico [sic] do Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. [...] o systema [sic] de parceria adoptado pelo Senador Vergueiro, e dá ao colono a metade do liquido [sic] producto [sic] da colheita (TAUNAY, 1939, p. 124).

A riqueza proporcionada pelo café, ainda que centralizada, trouxe benefícios para para todo o Oeste paulista, como o mais significativo exemplo, a ferrovia iniciada em novembro de 1860 e concluída em setembro de 1867,

Falando do progresso das lavouras do café, e da agricultura em geral, no interior de São Paulo, dizia Saraiva, a lembrar a imperiosidade da construcção [sic] de uma estrada de ferro para Santos, a projectada [sic] linha Santos-Jundiahy, quanto se persuadia que esta empresa podia vingar, e quanto a situação economica [sic] da provincia [sic] a reclamava com urgencia. [sic] [...] Pelo quadro estatistico [sic] dos estabelecimentos ruraes [sic] da Provincia, [sic] estimava a producção [sic] actual [sic] ele Jundiahy, Campinas, Limeira Constituição, Rio Claro, Mogy-Mirim, Araraquara, Casa Branca, Batataes, isto é dos municipios, [sic] que aproveitariam da via ferrea [sic] projectada, [sic] em perto de um milhão de arrobas de café, e assucar [sic] (TAUNAY, 1939, p. 125).

Em 1854, a ainda terra do café produzia em 57 fazendas 60 mil arrobas de café, tornando-se nesse momento um centro de grande relevância na produção cafeeira. Dos 1.824 colonos presentes em São Paulo, 235 trabalhavam em Jundiaí em 4 colônias. Porém, em 1918, após uma grande geada e as terras erradamente tratadas, o ciclo do café começa a perder força, mas mantém-se até 1929 e, a partir da década de 1930 o café divide a atenção com a produção de uva. As fazendas principais na produção de café em Jundiaí eram Rio das Pedras, Cachoeira, Ermida, Malota, Bonifácio e Nossa Senhora da Conceição, (GATOLLINI, 1998).

⁶ Em 24 de abril de 1856, Vila Nova da Constituição foi elevada à categoria de Cidade. Em 1877, por petição do então vereador Prudente de Moraes, mais tarde primeiro presidente civil do Brasil, o nome da cidade foi oficialmente mudado para Piracicaba, “o mais certo, o correto e como era conhecida popularmente”. Disponível em: <http://ipplap.com.br/site/a-cidade/breve-historico-de-piracicaba/>. Acesso em: 16 dez. 2020.

Fazenda Nossa Senhora da Conceição

Não tão presente nas discussões sobre a cafeicultura jundiáense, a Fazenda Nossa Senhora da Conceição, teve seu início com a cultura canavieira em 1810. A fazenda está localizada no vale onde nasce o rio Capivari, e durante 40 anos desenvolveu o cultivo de cana-de-açúcar. O cultivo de café surge pela pressão da Onda verde, e por volta de 1850, passa a ser o principal produto cultivado pela fazenda que ocupava o território de 3 mil alqueires e segundo informações cedidas pelos atuais responsáveis, chegou a ter mais de 350 mil pés de café sob a mão de obra escrava de até 800 pessoas em seu auge.

A fazenda foi propriedade de Francisco José da Conceição, que se tornaria o Barão de Serra Negra (BRASIL, 2014). Ficou conhecido por ter várias propriedades na Província de São Paulo e por possuir grande força no Oeste Paulista, sendo um dos grandes produtores e exportadores de café, além de acentuada proximidade com a família imperial brasileira. Na década de 1880, a fazenda recebe alguns imigrantes e junto com o trabalho escravo para a manutenção do cafezal inicia o sistema de colonato. Sua principal atuação se faz, segundo (PROVÍNCIA, 2014), presente em Piracicaba.

As dificuldades presentes na produção do café após a geada de 1915, a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929 e a habilidade de viticultura dos imigrantes influenciaram a nora do Barão, Angelina Conceição, a investir pesadamente na produção de uva e vinhos de mesa, por volta dos anos de 1950 e 1960 o café volta a ser cultivado - ainda em pequena escala, se comparado com a monocultura de fins do século XIX e início do XX - segundo informações do atual herdeiro da família Conceição -, situação presente em todo o país,

A crise econômico-financeira de 1929 assumiu proporções globais quebrando muitos fazendeiros de café no Brasil. A retomada ocorreu com a ascensão de novos produtos e a diversificação da economia, levando o café a perder o seu protagonismo de principal produto de exportação do País. Assim, São Paulo deixa de ser um estado exclusivamente produtor de café para se tornar industrial e policultor (BARBOSA & FERRÃO, 2020, p. 2).

Como meio de manutenção da estrutura e de viabilizar economicamente o uso do espaço a fazenda busca ressignificar seu papel, o que (BARBOSA; FERRÃO 2020) chamam de refuncionalização.

Nesse sentido, a Geografia adotou um novo conceito para esse fenômeno: a refuncionalização, que consiste no ato de atribuir outra função a algo ou a determinado espaço. O processo pode ocorrer de diferentes formas e em diferentes escalas. Uma das atividades que mais se beneficia é o turismo. É comum a existência de atrativos turísticos que foram ressignificados pela história, como antigos casarões, fortes, castelos, edifícios industriais etc., e também: fazendas de café (BARBOSA & FERRÃO, 2020, p. 3).

Na tentativa de buscar novos usos, por exemplo, para a casa de máquinas, terreiros e senzalas algumas descaracterizações ocorreram, não com o intuito de negação da história, mas sim pela premente necessidade de utilização.

A casa de máquinas atende as demandas de um espaço para o atendimento dos visitantes que buscam adquirir produtos oriundos da produção da fazenda, para atendimento às visitas monitoradas (Fig. 2, 3, 4 e 5). As máquinas permanecem como remanescentes de períodos diferentes da cafeicultura; é uma construção rústica de alvenaria, mas ainda não é possível afirmar que a estrutura atual é oriunda do início da produção de café; o telhado e seu madeiramento foram trocados; quadros, fotos e outros elementos que de alguma se relacionam com o café estão afixados nas paredes e dispostos pelo espaço. Algumas portas foram retiradas, assim como a ligação da casa de máquinas com o terreiro foi modificada para que parte

dele atendesse o restaurante (Fig. 2). Como características conhecidas em outras fazendas de café a casa de máquinas encontra-se em desnível, “[...] os terreiros de café e a casa de máquinas ficavam, sempre que possível, em cota inferior, mais ao fundo de um vale, de maneira a aproveitar desnível do terreno e facilitar o transporte, do cafezal até o núcleo industrial” (ARGOLLO FERRÃO, 2015, p. 207).

O espaço que era ocupado pela tulha, atualmente atende a necessidade de depósito e local para - durante visitas monitoradas - explicações introdutórias sobre o café e seus desdobramentos na fazenda analisada.

Permanecendo no núcleo industrial, o terreiro, “considerado uma das construções mais importantes da fazenda, pois se destinava à secagem do produto, após a colheita e antes do beneficiamento” (ARGOLLO FERRÃO, 2015, p. 145) é composto por 4 tabuleiros, revestidos por tijolos (Fig. 2, 3 e 7). Um desses tabuleiros foi utilizado para uma extensão do restaurante (Fig. 7) e outro para construção de toaletes destinados aos visitantes. Era comum - vezes pelo desgaste dos tijolos - algumas partes do terreiro serem cimentadas para que o café, após a secagem durante o dia fosse reunido e coberto por uma lona, isso evitaria contato com umidade (Fig. 2).

A construção do terreiro presente na fazenda Nossa Senhora da Conceição se faz subdividido em tabuleiros, pois cada um deles atenderia uma etapa no processo de beneficiamento assemelhando-se a um padrão comum das fazendas de café, com uma topografia plana, ocupando uma área mais ensolarada e comum ao final do século XIX, composto por tijolos cozidos que naturalmente possuíam propriedades de absorção e reflexão dos raios solares e não modificavam o sabor do grão (ARGOLLO FERRÃO, 2015).

Figura 2. Vista de um dos tabuleiros do terreiro, com uma pequena área (círculo) cimentado, ao fundo rio Capivari. À esquerda um pequeno viveiro de mudas e acima dele início do espaço pertencente à casa sede.



Foto: José Felício Ribeiro De Cezare, 2020.

Figura 3. Vista externa da casa de máquinas da Fazenda Nossa Senhora da Conceição.



Foto: José Felício Ribeiro De Cezare, 2020.

Figura 4. Brunidor na casa de máquinas refuncionalizada como loja e restaurante.



Foto: José Felício Ribeiro De Cezare, 2020.

Figura 5. Classificador de café na casa de máquinas refuncionalizada como loja e restaurante.



Foto: José Felício Ribeiro De Cezare, 2020.

Figura 6. Descascador, catador de impurezas e elevador na casa de máquinas refuncionalizada como loja e restaurante.



Foto: José Felício Ribeiro De Cezare, 2020.

Grande parte do maquinário direcionado ao beneficiamento do café encontra-se hoje como recursos de manutenção da memória da fazenda, relativamente em bom estado de conservação como observa-se, por exemplo, no despoldador (Fig. 9). Quanto ao secador de café à lenha (Fig. 8) o tempo está cobrando seu preço.

A casa sede (Fig. 10) apresenta estado de conservação interessante, construída em alvenaria parte dela atende como moradia dos responsáveis pela fazenda, há uma área no piso inferior reutilizada como

pequena biblioteca. O espaço que segundo os administradores era a senzala feminina ou senzala doméstica ainda está presente, porém, assim como a casa que data de 1850, sofreu algumas modificações. A casa possui alpendre duas escadas laterais e terraço, cômodos espaçosos e ao lado direito foi adicionada uma extensão que possui grandes janelas de vidro e acompanha toda a lateral.

Figura 7. Dois dos quatro terreiros de tijolos, sendo parte dele refuncionalizada como extensão do restaurante, ao fundo cabine de energia elétrica, à frente o viveiro de mudas, à esquerda a torre do secador de café à lenha, à sua frente tulha-casa de máquinas.



Foto: José Felício Ribeiro De Cezare, 2020.

Figura 8. Secador de café à lenha, ao fundo tulha-casa de máquinas.



Foto: José Felício Ribeiro De Cezare, 2020.

O novo cafezal (Fig. 15) está localizado ao lado direito da casa sede, próximo às palmeiras e vegetação secundária (local que abrigava o antigo cafezal), substituindo a parte restante do cafezal iniciado em meados do século XX, que foi derrubado, segundo os administradores, por ser antigo e não atender mais os interesses de produção.

Figura 9. Despolpador, à direita um dos quatro tabuleiros e o rio Capivari



Foto: José Felício Ribeiro De Cezare, 2020.

Localizada numa área inferior ao terreno da casa sede, está o Museu do café, um espaço com objetos relacionados ao cultivo do café, mas principalmente à principal força de trabalho durante a produção canavieira e parte importante da cafeicultura: mão de obra escrava negra. De acordo com os responsáveis pela fazenda e as características presentes na construção - apesar das modificações no telhado e madeiramento, portas e partes das paredes, todas de alvenaria - possivelmente é parte da senzala dos trabalhadores rurais (Fig. 13), com um terreiro de uso dos escravizados.

No lado oposto, encontra-se o tronco, representação do pelourinho⁷ europeu, para castigo daqueles que agiam de forma contrária ao que era imposto pelo proprietário da fazenda e lei da época. Não é possível afirmar se o tronco (Fig. 11) é o mesmo do início da fazenda em 1810 ou mesmo sua idade, mas sua localização e características demonstram que o local acomodou a senzala, se os números de escravizados

⁷ Assim também já o afirmava Rafael Bluteau no seu Vocabulário Português e Latino: Pelourinho responde ao que antigamente em Roma se chamava 'Columna Menia', porque hū certo homem, chamado Menio, mandou levantar junto das suas casas huma columna, sobre a qual em occasião de espectáculos públicos armava com taboas hum palanque donde os via. E como a dita columna estava em hũa praça de concurso, ladrões, criados, maganos, & os que não tinham com que pagar as suas dividas, por sentença dos Juizes, eram condenados à dita columna, aonde com grande ignominia ficavamos expostos ao ludibrio do povo, como tambem hoje se vem alguns delinquentes, presos nas argolas dos pelourinhos [sic] (BLUTEAU, 1720, p. 383).

forem centenas como afirmam os responsáveis, talvez a construção poderia ter sido maior. Ao fundo do local chamado de senzala braçal (Fig. 12) há dois arcos de tijolos que podem ser para acondicionar lenhas ou servirem como espaço para fogueiras ou fornos, além de elementos característicos de período posterior ao século XIX, como pôster e bancos de madeira recentes.

Figura 10. Vista lateral da casa sede a partir do tanque da lavagem de café. A primeira porta após o arco sob a escada é a entrada da antiga senzala feminina.



Foto: José Felício Ribeiro De Cezare, 2020.

Figura 11. Tronco para castigos e ao fundo a entrada da possível senzala braçal masculina.



Foto: José Felício Ribeiro De Cezare, 2020.

Para atender a necessidade de formação educacional formal direcionada aos filhos dos colonos, foi fundada em 1900, a escola rural Angelina Conceição (Fig. 14). Construção pequena de alvenaria, próxima às margens do rio Capivari e focada nos primeiros anos da alfabetização. Atualmente funciona uma pequena loja para aquisição de produtos artesanais e souvenirs.

Toda a fazenda, hodiernamente, direcionou sua atenção ao turismo rural com características que se assemelham às outras fazendas da região - características comuns de refuncionalização - com visitas monitoradas, tentativa de reconstrução memorística de valor histórico, adequação para vilegiatura, ressignificação dos espaços e por vezes apagamento da história.

Figura 12. Vista interna da senzala braçal masculina.



Foto: José Felício Ribeiro De Cezare, 2020.

Figura 13. Antiga senzala masculina que compreende a senzala braçal masculina e o tronco (Figura 11). Ao lado direito terreiro utilizado pelos escravizados. Atualmente abriga o Museu do café da Fazenda Nossa Senhora da Conceição.



Foto: José Felício Ribeiro De Cezare, 2020.

Figura 14. Escola rural Angelina Conceição. Atualmente abriga uma loja de souvenirs.



Foto: José Felício Ribeiro De Cezare, 2020.

Figura 15. Cafezal atualmente.



Foto: José Felício Ribeiro De Cezare, 2020.

Conclusão

O café foi um dos principais produtos brasileiros no mercado mundial, sua epopeia até o Novo Mundo e sua participação em revoluções políticas, culturais e econômicas definiram como o mundo ocidental - a partir da disseminação da rubiácea - passaria a ser, especificamente o Brasil.

O crescimento socioeconômico brasileiro ocorreu em ciclos extrativistas, mais lembrados: o ouro e a cana-de-açúcar, mas o café foi o grande responsável por transformações significativas, por exemplo, o país como agente competidor no mercado mundial e os investimentos na construção das ferrovias como a Santos-Jundiaí.

A aclamada terra da uva, teve por décadas o café como principal produto quando se analisa as monoculturas, sua participação no mercado nacional durante o auge da cafeicultura não apresenta farta documentação, todavia, fazendas como Rio das Pedras, Cachoeira, Ermida, Malota, Bonifácio e Nossa Senhora da Conceição responderam por significativamente pela produção do café jundiaense.

A fazenda Nossa Senhora da Conceição - uma das propriedades do Barão de Serra Negra - chegou a ter em sua época áurea 350 mil pés de café utilizando mão de obra escrava e posteriormente mão de obra assalariada imigrante. Após dificuldades advindas de uma geada no início do século XX e a crise de 1929, a propriedade investiu na viticultura por algum tempo, retornando ao café em meados do século passado.

Atualmente, a fazenda busca sua manutenção através de sua refuncionalização, investindo no turismo rural, histórico, cultural, além da gastronomia interiorana e na venda de produtos oriundos da própria fazenda, em específico o café, apesar de não ser a principal renda os seus desdobramentos impelem a economia do empreendimento.

O café ainda no século XXI é o principal produto de exportação do Brasil, seu peso histórico mantém estruturas como a fazenda Nossa Senhora da Conceição ativas, a malha ferroviária atual deve sua existência ao café, a presença imigrante foi solicitada para a cafeicultura trazendo seus costumes, um deles a uva. No século XXI, Jundiaí é a terra uva, tem a ferrovia como memória comum entre seus habitantes, porém, tais fenômenos surgiram dos desdobramentos resultantes da arquitetura do café, não só na região e em São Paulo, mas no Brasil.

Referências

A PROVÍNCIA. **O aristocrático João Conceição**. Memorial Piracicaba, 2014. Disponível em: <<https://www.aprovincia.com.br/memorial-piracicaba/retratos-provincia/photos/o-aristocratico-joao-conceicao-3613/>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

ARGOLLO FERRÃO, A. M. de. **Arquitetura do café**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

ARGOLLO FERRÃO, A. M. de. **Arquitetura do café**. 2a. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO CAFÉ. **Café brasileiro na atualidade**. ABIC, 2020. Disponível em: <<https://www.abic.com.br/o-cafe/historia/o-cafe-brasileiro-na-atualidade-2/>>. Acesso em: 03 nov. 2020.

ATAÍDES, J. M. **Sob o signo da violência**: colonizadores e Kayapó do sul do Brasil central. Goiânia: Editora UCG, 1998.

BARBOSA, G. C.; FERRÃO, A. M. de A. Refuncionalização de fazendas de café a partir da atividade turística em Campinas (SP). *Terrae Didatica*, Campinas, SP, v. 16, p. e020023, 2020. DOI: [10.20396/td.v16i0.8657347](https://doi.org/10.20396/td.v16i0.8657347). Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/td/article/view/8657347>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

BLUTEAU, R. **Vocabulario portuguez e latino**. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1720.

- BRASIL, B. **Barão de Serra Negra, fazendeiro e político**. Recanto das letras, 2014. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/biografias/4725864>. Acesso em: 05 dez. 2020.
- CAMPANHOLE, A; SANTOS, W; GIOCOVATE, M. **Aditamentos à história da fundação de Jundiá**. Jundiá: Literarte, 1994.
- CIPOLATO, A. A uva e o vinho, na região vitivinícola de Jundiá. In: STAFUZZA, A. M. T. **Museu de Jundiá - Efemérides**. vol. II. Jundiá: Museu de Jundiá, 1974, p. 65.
- COMTUR. **Jundiá: terra da uva**. Conselho Municipal de Turismo de Jundiá, 2014. Disponível em: <<https://turismo.jundiai.sp.gov.br/a-cidade/jundiai-terra-da-uva/>>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- CUNHA, M. C. (Org.). **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Fapesp/Cia das Letras, 1992.
- FERREZ, G. **Pioneiros do café na era da Independência**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.
- GATTOLINI, G. G. Uma Independência em Família. In: GATTOLINI, G. G. **A História de Jundiá: A formação econômica e social - Perspectivas e Realidade**. Expo Municipal. 3a. ed. Jundiá: Calíope, 1998.
- GOSSNER, W. **Ivoturucáia** - O bairro mais antigo de Jundiá. In: STAFUZZA, Pde. A. T. (Org.). **Museu de Jundiá II. Efemérides**. Jundiá, 1974, p.63.
- IPPLAP. **Breve histórico de Piracicaba**. Instituto de pesquisas e planejamento de Piracicaba, 2018. Disponível em: <<http://ipplap.com.br/site/a-cidade/breve-historico-de-piracicaba/>>. Acesso em: 16 dez. 2020.
- JUNDIÁ. Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente. **Índios e Africanos na Jundiá Colonial**. Série Memórias. vol. III. Jundiá: SMPMA, 2002.
- LUNA, F. V. & KLEIN, H. S. Nota a respeito de medidas de grãos utilizadas no período colonial e as dificuldades para a conversão ao sistema métrico. In: **Boletim de História Demográfica**, ano VIII, no. 21, março de 2001. Disponível em: <http://historia_demografica.tripod.com/pesquisadores/paco/pdf-paco/ar47.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2020.
- MORALES, W. F. A escravidão esquecida: a administração indígena na Vila de Jundiá durante o século XVIII. São Paulo: **Dissertação** de mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo/Programa de Pós-graduação em Arqueologia, 2000.
- OLIVEIRA, A. A. História da Agricultura em Jundiá: paisagens e culturas que se superpõem. In: **Anais eletrônicos XXII** - Encontro Estadual de História da ANPUH-SP/Santos - 2014. Disponível em: <http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1406756230_ARQUIVO_textoANPUHHistoriadaAgricultura.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2020.
- PERRONE-MOISÉS, B. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). CUNHA, M. C. (Org.). **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Fapesp/Cia. das Letras, 1992, pp. 115-132.
- PREFEITURA DE JUNDIÁ. **GeoInformação**. Jundiá: Planejamento Urbano e Meio Ambiente, 2016. Disponível em: <<https://jundiai.sp.gov.br/planejamento-e-meio-ambiente/geoinformacao/>>. Acesso em: 16 dez. 2020.
- SONORAN DESERT FLORILEGIUM PROGRAM. **Mary Emily Eaton (1873 – 1961)**. Tucson Cactus and Succulent Society, 2012. Disponível em: <<https://art-botanical.org/biographies/biography-mary-emily-eaton.html>>. Acesso em: 04 nov. 2020.
- SPIX, J.; MARTIUS, C. E. P. **Viagem pelo Brasil**. vol. I. 2a. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1981.
- STAFUZZA, Pde. A. T. (Org.). **Museu de Jundiá II. Efemérides**. Jundiá, 1974.
- TAUNAY, A. de E. **História do café no Brasil**. vol. I. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1935.
- TAUNAY, A. de E. **História do café no Brasil**. vol. III. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939.

TSCHUDI, J. J. **Viagem à províncias do Rio de Janeiro e São Paulo**. Belo Horizonte: Itatiaia: Edusp, 1980.

UGAAT. **Uva Niágara Rosada, nosso patrimônio**. Unidade de Gestão de Agronegócio, Abastecimento e Turismo, 2018. Disponível em: <<https://abastecimento.jundiai.sp.gov.br/uva-niagara-rosada/>>. Acesso em: 03 dez. 2020.

UKERS, W. H. **All about coffee**. New York: The Tea and Coffee Trade Journal Company, 1922.

Submetido em: 30.11.2021

Aceito em: 28.12.2021